

ANICETO HENRIQUES AFONSO
MANUEL BRAZ DA COSTA

SUBSÍDIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO SOCIOLOGICA DO MOVIMENTO DOS CAPITÃES (EXÉRCITO) *

INTRODUÇÃO

A comunicação que apresentamos trata de um problema que directamente respeita ao 25 de Abril: o Movimento dos Capitães. Não é porém uma vulgar análise do Movimento como um todo. O nosso estudo faz, em primeiro lugar, a reconstituição individual dos componentes do Movimento e só depois os reúne de novo, para determinar algumas das suas características sociológicas.

Contudo, este trabalho não se teria realizado sem a compreensão do comando da Academia Militar, a quem expressamos um voto de reconhecimento. Também não seriam possíveis algumas das conclusões que iremos apresentar, se não tivéssemos acesso ao estudo da Doutora Maria Carrilho, «Forças Armadas e Mudança política em Portugal no Século XX», cuja disponibilidade registamos com gratidão. Finalmente, o nosso obrigado vai ainda para o tenente-coronel Vasco Lourenço, que pôs o seu arquivo pessoal ao nosso inteiro dispor.

1. ENQUADRAMENTO DO PROBLEMA

a. Seria talvez uma boa solução para a nossa tarefa, pôr, simplesmente, diante de todos vós, os números que diligentemente acumulámos. É provável que a Estatística se sentisse

(*) Esta comunicação foi apresentada no II Seminário da Associação 25 de Abril, subordinada ao tema «Forças Armadas e Sociedade». A Revista Crítica agradece à Associação 25 de Abril a autorização para a inclusão deste texto no presente volume.

recompensada no seu esforço didáctico de eleger o número, a percentagem e o gráfico como símbolos explicativos (definitivamente explicativos) da complexidade social.

Era certo que a Sociologia nos recriminava, apontando-nos a insuficiência e o descuido. Gaston Bachelard poderia advertir-nos: «Em ciência, nada acontece por si, nada nos é dado, tudo é construído» (1972: 15). E Hans Zeisel completaria: «Os 'dados' (...) são efectivamente respostas a questões nossas, a perguntas que nós formulamos. Porém, essas respostas — esses 'dados' —, uma vez obtidos, podem, e devem, por sua vez, ser objecto de novas interrogações» (1968: 126). Mais perto de nós, Marinús Pires de Lima não deixaria de nos lembrar que «os dados resultam dum trabalho de interrogação metódica do real; devem, consequentemente, ser tratados como respostas a um sistema de perguntas que tem como matriz a problemática teórica de uma ciência» (1973: 66). E Sedas Nunes completaria, finalmente, as advertências: «Contra o que um empirismo ingénuo poderia ser levado a supor, das fontes estatísticas não brota informação pura. Os dados que nela se podem colher estão inevitavelmente 'inquinados', desde a sua própria nascente, de elementos conceptuais construtivos, que lhes atribuem o seu exacto significado e alcance analítico» (1976: 31).

Por seu lado, a História ficaria irritadíssima. Braudel dir-nos-ia que os números, apesar de inéditos, não eram afinal «perfeitamente inéditos»; dir-nos-ia que os números, simplesmente os números, nem explicam o fenómeno histórico, nem completam o ponto de vista sociológico (1972: 129). Ao menos no julgamento dessa insuficiência os «vizinhos» estariam de acordo. George Duby seria contundente: que imaginário colectivo se espelha em colunas de números ordenados; onde o divertimento, a evasão, o «prazer do texto», na ausência da narrativa? (1978: 53). E Paul Veyne, em eco, fulminar-nos-ia: e a «intriga»? (1978: 36).

E nós, vencidos, ficaríamos silenciosos, destruído o impulso inicial de linearmente querermos dar a palavra aos números. Reflectiríamos então quão ingénuo era o nosso ponto de vista, quão elementar o nosso raciocínio, quão injustificável o nosso orgulho.

Julgamos que por uma reacção normal de má consciência, ainda nos proporíamos argumentar: o que aí está não são aparências; são mensurações, são documentos, são fórmulas, são realidades. Mas não emprestaríamos já, ao nosso argumento, grande convicção. Mais, no nosso espírito começava a instalar-se a dúvida. Estávamos prestes a voltar atrás, rasgando os números, as percentagens e os gráficos.

E então, no sossego recuperado, voltaríamos de novo os olhos para as origens, revisitadas, do nosso estudo. Gesto que permitiria a esta comunicação erguer-se acima das dúvidas e sobrepor-se à nossa relutância.

Vencidos, acabamos vencedores.

Trazemos os números.

Mas sabemos, cientificamente sabemos, que os números escondem um enredo, uma «ficção», uma aventura.

A frieza dos números não oculta o calor dos personagens; a linearidade das percentagens encerra dúvidas, entusiasmos, paixões, vidas; os gráficos são simplificações de lutas, de sentimentos, de raciocínios, de relações.

b. Andámos deambulando por estudos anteriores. Recolhemos preciosa informação que nos fez compreender muito do que se passara. Fomos sensíveis às propostas que vários estudiosos formularam. Detivemo-nos, algo incrédulos, perante certas pistas; duvidámos de algumas conclusões.

Para nós, o 25 de Abril, como acto final do Movimento dos Capitães, foi um facto histórico de objectivos bem determinados. Tratou-se de destruir as limitações democráticas da sociedade portuguesa; tratou-se de expurgar dessa sociedade aquilo que tolhia a sua liberdade de se reconhecer como autónoma e capaz. O que se seguiu ao 25 de Abril, que nas suas linhas gerais deu cumprimento a estas determinantes, não é objecto do nosso estudo. O que principalmente quisemos foi acrescentar alguma coisa mais ao retrato de um Movimento que, envolvido por um ambiente social determinado e determinante, foi o braço executor de um projecto acalentado, alimentado e assumido por um povo inteiro.

Evidentemente que fizemos escolhas. Mas fizemo-las conscientemente. Fizemo-las dentro de um quadro interpretativo comumente aceite. Quer dizer, o nosso estudo não é, na sua base material ou na sua concepção, uma revolução interpretativa. Este estudo é tão só uma observação, por outro prisma, da mesma realidade.

Desde há bastante tempo que andávamos intrigados com o Movimento dos Capitães. Sabíamos, todos sabem, que o movimento se constituíra com base em compromissos escritos, colectiva ou individualmente assinados. Sabíamos que as assinaturas se contariam por algumas centenas. Mas permanecíamos intrigados, quanto à exactidão dos números, quanto à natureza dos comprometidos.

A ideia deste trabalho surge daí.

Quem eram os «capitães» do Movimento? Quem eram os «capitães» que, dando corpo visível à aspiração quase unânime, haviam praticado o acto redentor, cortando, com a espada, o nó asfíxiante?

A primeira diligência consistiu em refazermos as suas identidades. Fizemo-lo através das assinaturas apostas nos documentos-base do Movimento dos Capitães: Exposição dos oficiais da Guiné de 28 de Agosto de 1973; Exposição de Évora de 9 de Setembro de 1973; Documentos de apoio à exposição de Évora; Pedidos de demissão de oficial do Exército (documentos colectivos e individuais); Exposição contra os acontecimentos da Beira, de Janeiro de 1974; Documento de Cascais de 5 de Março de 1974. Acrescentámos os nomes daqueles que são referidos em relatórios da operação «Fim-Regime», ou seja, nos relatórios das movimentações militares da madrugada de 25 de Abril. Não deixámos de fora ainda, os nomes daqueles que, antes de 25 de Abril, se comprometeram publicamente com o Movimento dos Capitães.

Juntos todos estes nomes, pudemos finalmente contá-los e dar-lhe um nome: eram 703 e chamámos-lhe «Universo».

É este «Universo», observado por um telescópio especial, que desejamos apresentar-vos. As suas «estrelas» são aquilo a que nós chamámos os «participantes».

c. Vários estudiosos abordaram já este problema. Os primeiros parecem ter sido aqueles que já mereceram o epíteto de «cronistas da Revolução» e a quem desejamos prestar aqui uma homenagem: Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso. De facto, ainda em 1974, no seu livro *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, os autores, no capítulo VI, trataram o tema «Origem e posição de classe dos capitães». Referem-se a esta questão nos seguintes termos: «Eles [os actuais capitães e majores] não pertencem às grandes famílias de Lisboa e Porto, mas às classes médias e mesmo populares das aldeias, vilas e pequenas cidades da província. Quase nenhuns encontram militares na sua ascendência (a não ser modestos sargentos que sempre tinham sonhado em ver um filho como oficial), ao contrário dos coronéis e generais, que pertencem a famílias com tradição militar. (...) Os pequenos e médios agricultores, os modestos empregados das pequenas cidades, já podem facultar aos seus filhos os cursos secundários nos liceus e escolas de província, mas não têm recursos para suportar as despesas de propinas, alojamento, transporte e habitação nas três únicas cidades universitárias do País (Lisboa, Porto e Coimbra). Assim é que os enviam para a Academia Militar» (op. cit.: 346-347).

Ainda em 1974, num depoimento publicado sob o título *A Natureza de Classe do 25 de Abril*, Fernando Piteira Santos procurou igualmente determinar as razões sociais que levaram os militares a « pôrem em causa » o regime. Declara o autor: « A composição social das Forças Armadas, — considerando o estrato dos 'oficiais' e no que ao chamado 'Quadro Permanente' se refere — modificou-se nos últimos decénios. (...) O prestígio social da carreira militar, empalidecera muito. A sua capacidade atractiva reduziu-se imenso (...) Os 'oficiais milicianos' [que entram na Academia Militar] são, em larga medida, representantes (e/ou representativos) das camadas pequeno-burguesas. Raros são os oficiais vindos da burguesia, alta e média. Não há oficiais oriundos da classe operária. Ou, se existem, a percentagem não é significativa. E é igualmente, a pequena-burguesia que fornece a base de recrutamento do 'Quadro Permanente' » (*op. cit.*: 17-18).

Mas também alguns autores estrangeiros procuraram decifrar o aparente enigma.

Pierre Audibert e Daniel Brignon que escreveram *Portugal — os novos Centuriões*, ainda em 1974, referem que foi em África que os capitães tomaram « consciência que duas gerações se confrontavam, a dos capitães e maiores, com a dos generais », sendo que « a clivagem se fazia no posto de tenente-coronel — fronteira entre a aristocracia e as massas populares », dando desta forma contorno a uma análise ousada e pouco consistente (*op. cit.*: 91).

No ano seguinte, em 1975, Wilfred Burchett, no livro *Portugal depois da Revolução dos Capitães*, aborda o problema, baseado no mesmo raciocínio, se bem que atenuando as classificações sociológicas: « Havia falta de oficiais e a Academia Militar deixara de ser pertença exclusiva dos filhos-família das classes altas, para abrir alegremente as portas aos da baixa classe média (...) À medida que ia entrando gente da baixa classe média para a Academia, ia-se cavando um abismo cada vez mais profundo entre as patentes médias e as altas patentes, entre os capitães e mesmo os maiores e os homens da velha guarda — os coronéis e os generais » (*op. cit.*: 39-40).

E no mesmo ano, Márcio Moreira Alves, no seu livro *Os Soldados socialistas de Portugal* é de opinião que « a partir dos primeiros combates em Angola, em 1961, multiplicou o Governo as facilidades que oferecia aos que desejassem seguir a carreira militar, o que popularizou consideravelmente a origem dos quadros permanentes das Forças Armadas » (*op. cit.*: 21).

Finalmente, Jacques Frémontier em *Portugal — os pontos nos ii*, já em 1976, analisa a questão desta maneira: « Aqueles

que até aí [anos 50] escolhiam a carreira das armas eram grandes burgueses ou latifundiários. A partir desses anos, a grande burguesia precisou de quadros para o desenvolvimento industrial. Os seus filhos deixaram de ir para a Academia Militar. Pequenos burgueses da província, e mesmo alguns agricultores, tomaram o lugar deles», e indo mais longe, o autor põe na boca de um aspirante-a-oficial português, as seguintes palavras: «a origem de classe dos oficiais dos anos 50 e 60 explica o 25 de Abril» (*op. cit.*: 56-57).

Mas não foram só autores civis que referiram e procuraram uma explicação sociológica do Movimento dos Capitães. Os depoimentos de militares participantes, apesar de serem em número diminuto, procuram fornecer algumas pistas neste domínio.

Abramos aqui um parêntese, que vem a propósito. Onde estão os depoimentos dos capitães? Quando poderão os estudiosos dispor de relatos pessoais que esclareçam, completem e alicercem a reconstituição dos factos históricos desse período fundamental para a explicação do nosso presente? É por isso que também não queremos deixar de dirigir uma palavra de aplauso a três autores militares que sem demora publicaram os seus depoimentos — trata-se evidentemente de Luís Ataíde Banazol, de Otelo Saraiva de Carvalho e de Dinis de Almeida. Que razões, para nós enigmáticas, levam os outros participantes a furtarem-se ao público, a esconderem a sua perspectiva? Que este alerta seja ouvido e brevemente possamos conhecer as «peripécias» de cada um.

Limitemo-nos, por agora, aos textos que existem.

Otelo Saraiva de Carvalho, no seu relato, *Alvorada em Abril*, começa significativamente com um capítulo a que chamou, embora entre aspas, «A proletarização das Forças Armadas» e nele afirma: «Após a Segunda Guerra Mundial verificou-se uma gradual mudança na origem social da oficialidade portuguesa». Um pouco mais à frente completa a ideia: «Talvez este seja o primeiro factor a permitir uma futura tomada de consciência por parte dos capitães. A carreira militar desde sempre circunscrita a jovens oriundos da alta e média burguesias que terminavam o seu sétimo ano do liceu, abre-se na década de 50, como possibilidade de ascensão social para elementos das camadas mais proletarizadas, alguns filhos de operários, outros de pequenos camponeses vindos da província e muitos filhos de sargentos e de agentes de forças militarizadas» (1977: 17-18).

Também Dinis de Almeida, no primeiro dos seus livros, *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães*, procura isolar

um dos factores dessa origem, da seguinte forma: «Forçado pelas exigências militares cada vez maiores, resultantes da guerra colonial, o Governo viu-se obrigado a alargar inevitavelmente a base social de ingresso na Academia Militar, recrutando em maior escala os seus cadetes entre os estratos mais desfavorecidos da Nação, o que veio facilitar a consciencialização política posterior» (1977: 39).

Há evidentemente referências de outros autores a esta questão. Mas de uma forma geral desenvolvem ou aceitam o mesmo raciocínio. Só recentemente, Maria Carrilho, na sua tese de doutoramento, baseada agora em estudos mais profundos pôde dar outra dimensão ao problema: «As origens sociais dos oficiais que maioritariamente se empenharam nos acontecimentos de 25 de Abril de 1974 (ou seja, os que iniciaram os seus cursos entre 1960 e 1964) apresentam uma maior representatividade nacional, seja em termos de componente rural e urbana e distribuição regional, seja em termos de proveniência de classe. Predomina, contudo, a pequena burguesia (tradicional, mas sobretudo nova pequena burguesia). A autoreprodução institucional atinge os níveis mais baixos desde que existem dados — apresenta-se, portanto, ulteriormente diluída essa já frágil característica das situações de casta» (1984: 800).

2. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO

a. As características do Universo em estudo foram determinadas a partir da *Lista Geral de Antiguidades dos Oficiais do Exército — Quadro Permanente*, referida a 1 de Janeiro de 1974 ⁽¹⁾ e dos processos individuais de matrícula dos cadetes na Academia Militar (Escola Militar/Escola do Exército — AM, EM/EE).

A consulta da *Lista de Antiguidades* permitiu-nos retirar elementos relativos à distribuição da totalidade dos oficiais por Armas, Serviços e Postos, bem assim os que directamente respeitavam aos participantes e às respectivas datas de nascimento e incorporação. Estas datas foram depois confrontadas com as inscritas nos processos individuais de matrícula, processos que proporcionaram igualmente dados sobre a naturalidade dos oficiais — origens distritais, urbanas e rurais — e

⁽¹⁾ Exemplar disponível na Biblioteca da Direcção da Arma de Infantaria.

sobre a profissão dos ascendentes, na altura do seu ingresso no primeiro patamar da carreira militar profissional.

b. A 1 de Janeiro de 1974 existiam 4165 oficiais do Exército dos diferentes quadros permanentes (Quadro n.º 1). Destes 4165 oficiais, 703 participaram no 25 de Abril, ou seja, cerca de 16,9%.

Relativamente às Armas e Serviços, os 703 participantes distribuíram-se da seguinte forma: Infantaria 375 (53,34%), Artilharia 144 (20,48%), Cavalaria 83 (11,80%), Engenharia 35 (4,98%), Transmissões 15 (2,13%), Serviço de Administração Militar 39 (5,55%), Serviço de Material de Engenharia 7 (1,0%), Serviço Geral do Exército 1 (0,14%), Quadro Especial de Oficiais 4 (0,57%).

Verifica-se por esta forma que às Armas (Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Transmissões) pertence grande representação, com 652 oficiais (92,7%). Neste conjunto de 652 devem destacar-se os quantitativos pertencentes à Infantaria, Artilharia e Cavalaria que, por si só, representam 92,3% das Armas; ou seja, eles são 85,6% do total dos participantes: 602 em 703.

Em contrapartida, os Serviços denotam uma muito reduzida participação no 25 de Abril, principalmente se atendermos ao total dos seus efectivos, como no caso, por exemplo, do SGE e do SSaúde. De facto, e excluindo o SAM, de 935 oficiais, apenas 8 se ligam ao movimento (7 do SME e apenas 1 do SGE). Já o SAM, tem um comportamento que o sobrepõe à Engenharia e Transmissões, participando com 39 oficiais.

Quanto à distribuição dos participantes pelos diferentes postos, saliente-se o facto de os capitães e maiores, com 367 e 201 elementos respectivamente, representarem 80,8% do universo em estudo, apesar de todas as patentes da hierarquia figurarem nesse mesmo universo, incluindo elementos do que Yanowitz chamou «o núcleo da elite» (1967: 152).

Contudo, importa reter um outro aspecto, o que se prende com os oficiais subalternos (tenentes e alferes). A totalidade destes oficiais e a consequente percentagem de participantes apresenta uma grande oscilação, se tivermos em conta o vínculo à Academia Militar. Assim, para um global de 888 oficiais subalternos (707 tenentes e 181 alferes), a percentagem dos comprometidos com o movimento é de 12,04%; mas se considerarmos apenas os oriundos da Academia Militar (122 tenentes e 31 alferes), verifica-se que 71,3% de tenentes e 58,1% de alferes participaram no 25 de Abril. Esta diferença é tanto mais assinalável quanto se observa, ao efectuarem-se as mesmas

QUADRO 1 — Distribuição dos oficiais (existência e participantes) por Postos, Armas e Serviços

Postos Armas e Serviços	General		Coronel		Ten.-Coronel		Major		Capitão		Tenente		Alferes		Totais	
	Exist. 74	Part. 74	Exist. 74	Part. 74	Exist. 74	Part. 74	Exist. 74	Part. 74	Exist. 74	Part. 74	Exist. 74	Part. 74	Exist. 74	Part. 74	Existência	Universo
Inf.	44		130	2	220	10	341	103	471	200	68	51	16	9	1290	375
Art.	16		43	1	83	3	130	52	183	66	18	18	4	4	477	144
Cav.	12	2	52	1	47	5	79	30	105	34	12	8	5	3	312	83
Eng.º	11		10	1	28	1	43	7	50	24	4	2			146	35
Trms			11	—	10	1	12	1	36	11	3	2			72	15
SAM	2		24	1	55		90	7	93	23	17	6	6	2	287	39
Total AM (EM/EE)	85	2	270	6	443	20	695	200	938	358	122	87	31	18	2584	(a)691
S. Saúde	(a)3		(a)16		30		31		55		2				137	
S.M. Eng.	2		11		10		53	1	142	5	112	1	10		340	7
S.M. Trms					1		1		18		24		11		55	
Ch. Banda									3		7				10	
SGE					20		40		336	1	410		129		935	1
QEO									74	3	30	1			104	4
Total	90		297		504		820		1566		707		181		4165	
Geral		2		6		20		201		367		89		18		703

(a) Não oriundos da Academia Militar (E.M./E.E.)

operações nos postos de major e capitão, uma oscilação entre os 24% e 28% para os primeiros e 23,4% e 38,1% para os segundos.

Refira-se a propósito que os alferes e tenentes se encontravam, na sua grande maioria, colocados nas Escolas Práticas ou Centros de Instrução; que os primeiros haviam terminado há pouco tempo o respectivo tirocínio; e que, dos segundos, alguns havia com uma comissão militar na guerra colonial.

c. A representação dos diferentes postos da hierarquia dos oficiais do Exército no universo em estudo, determina, naturalmente, uma grande diversificação etária. Esta variação, que faz oscilar os respectivos nascimentos entre a década de 1910-20 e os princípios da década de 1950, engloba praticamente três gerações de oficiais, segundo a teoria das gerações de Ortega y Gasset (citado em Busquets, 1971: 134), unindo-se os mais velhos e os mais novos dos participantes num mesmo sentimento de antagonismo, em primeiro lugar, contra uma interferência governativa desajustada na instituição militar e, depois, contra o próprio regime, claramente não avalizado pela legitimidade democrática.

Mas outras constatações ressaltam da análise destas datas.

A grande maioria dos participantes (667, representando 94,9% do universo) nasceu nas décadas de trinta e quarenta, sendo que esta última tem uma representação maioritária e o ano de 1942 é aquele em que se verifica maior número de nascimentos dos futuros participantes no 25 de Abril.

A incorporação na Academia Militar (EM/EE) é, por outro lado, um reflexo natural da diversificação etária atrás referida, na medida em que a entrada no ensino militar superior se observa entre os 17 e os 21 anos de idade, com excepção dos candidatos que procedem do quadro de milicianos.

Mantém-se pois a diferença de três gerações, compreendendo o período entre finais da década de vinte e princípios de década de setenta. E, naturalmente, aparecem as décadas de cinquenta e sessenta como as mais representativas, principalmente esta última, com 55,61% dos incorporados.

d. Considerando apenas os distritos do Continente, dos Açores e da Madeira (Quadro n.º 2), a distribuição dos participantes, quanto à sua origem geográfica, mostra uma maior representatividade da componente rural (51%) em relação à componente urbana (41,5%). Assinale-se que a origem rural dos participantes se apresenta mais homogénea na sua representação do que a urbana, apesar de os distritos da Guarda,

QUADRO 2 — Origem distrital dos participantes — Urbana e Rural

Distritos	Total	%	Urbana	%	Rural	%
Aveiro	24	3,4	9	1,3	15	2,1
Angra do Heroísmo	5	0,7	4	0,6	1	0,1
Beja	12	1,7	5	0,7	7	1,0
Braga	21	3,0	5	0,7	16	2,3
Bragança	32	4,6	12	1,7	20	2,9
Castelo Branco	42	6,0	22	3,1	20	2,9
Coimbra	33	4,7	16	2,3	17	2,4
Évora	23	3,3	7	1,0	16	2,3
Faro	27	3,8	8	1,1	19	2,7
Funchal	9	1,3	6	0,9	3	0,4
Guarda	34	4,8	4	0,6	30	4,2
Horta	3	0,4	2	0,3	1	0,1
Leiria	20	2,8	2	0,3	18	2,5
Lisboa	141	20,1	112	15,9	29	4,1
Ponta Delgada	7	1,0	5	0,7	2	0,3
Portalegre	21	3,0	4	0,6	17	2,4
Porto	47	6,7	26	3,7	21	3,0
Santarém	38	5,4	10	1,4	28	4,0
Setúbal	12	1,7	3	0,4	9	1,3
Viana do Castelo	11	1,6	4	0,6	7	1,0
Vila Real	34	4,8	11	1,6	23	3,2
Viseu	54	7,7	14	2,0	40	5,7
Total	650	92,5	291	41,5	359	51,0
Colónias						
Cabo Verde	6	0,9				
Guiné	2	0,3				
Angola	12	1,7				
Moçambique	12	1,7				
Índia	3	0,4				
Macau	1	0,1				
Total	686	97,6				
Leopoldville	1	0,1				
Não determinados	16	2,3				
Universo	703					

Viseu e Santarém, no primeiro caso, e o distrito de Lisboa no segundo, sobressaírem dos restantes. Contudo, o distrito de Lisboa aparece nitidamente destacado dos restantes, com 141 participantes, seguindo-se-lhe o distrito de Viseu (54), Porto (47) e Castelo Branco (42).

Na globalidade, apenas nos distritos insulares e nos de Castelo Branco, Lisboa e Porto se verifica uma sobre-representação da componente urbana, enquanto nos restantes se sobrepõe a componente rural. As maiores diferenças verificadas foram, para o caso de mais representação urbana, o distrito de Lisboa, e, para a rural, os distritos de Viseu e da Guarda ⁽²⁾.

e. A metodologia seguida para a determinação das categorias profissionais e ocupacionais teve como referência a utilizada por Maria Carrilho em *Forças Armadas e Mudança política em Portugal no Século Vinte* (op. cit.). Pretendeu-se deste modo adoptar um padrão que possibilitasse a comparação do universo em estudo com a globalidade dos oficiais do Exército, bem assim a determinação do factor de participação, noção a explicitar posteriormente.

Tendo por base as diferentes profissões determinadas, foram as mesmas reunidas em nove grupos:

1. Forças Armadas (agregando os oficiais, sargentos e praças da Marinha, Exército e Força Aérea);
2. Funcionários públicos [englobando, para além dos funcionários públicos das diferentes categorias, também a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Guarda Fiscal (GF), a Polícia de Segurança Pública (PSP) e os professores do ensino primário e secundário];
3. Profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros, oficiais da Marinha Mercante e Aviação Comercial, etc.);
4. Proprietários (incluindo industriais);
5. Comerciantes;
6. Empregados;
7. Empregados qualificados;
8. Agricultores não proprietários;
9. Operários/Artesãos (incluindo trabalhadores rurais e marítimos e também operários qualificados).

⁽²⁾ Como zonas urbanas considerámos apenas as cidades capitais de distrito. Os naturais das ex-colónias não são considerados por distritos, sendo tratados em conjunto, para cada uma delas.

Se algumas das profissões agrupadas não necessitam de qualquer explicitação quanto à sua similitude funcional, outras há, no entanto, em que essa explicitação se torna necessária. Por exemplo, o grupo «empregados» foi constituído tanto por casos que indicavam apenas «empregado», como por outros que referiam «contínuo», «fiel de armazém», «funcionário da CP ou CTT», «carteiro», etc. Quanto ao grupo «empregados qualificados» nele foram incluídos o «empregado de escritório», o «empregado bancário» o «guarda-livros», o «ajudante de farmácia», etc. No conjunto «agricultores não proprietários» incluímos os casos designados por «agricultor», «lavrador», «feitor agrícola» e «seareiro». Por fim e no grupo «operários/artesãos» entendemos como «operários» aqueles que não apresentam qualificação especial (normalmente designados nos documentos por «empregados industriais»); entendemos como «operários qualificados» todos aqueles que mencionam uma determinada e significativa qualificação, tais como «carpinteiro», «electricista», «serralheiro», «mecânico», etc.; e entendemos finalmente por «artesão» os raros casos de «funileiro», «sapateiro», «alfaiate», etc.

Da compilação destes dados (Quadro n.º 3) ressaltam desde logo os totais e as respectivas percentagens dos grupos «funcionários públicos» (155 e 22,0%) e «Forças Armadas» (122 e 17,4%). Refira-se, no entanto, que o posicionamento dos elementos constitutivos destes grupos se apresenta, sob o ponto de vista da teoria das classes ou mesmo da estratificação social, como a mais diversificada. De facto, enquanto noutros grupos considerados se podem equivaler os estatutos sociais dos seus membros, já o mesmo se não verifica no conjunto «Forças Armadas», que contém, como vimos, oficiais, sargentos e praças, ou no grupo «Funcionários públicos», entre o funcionário público superior, o professor do ensino primário e o ajudante de escrivão.

Contudo, independentemente dessa maior diversificação nos grupos «Forças Armadas» e «Funcionários públicos», permanece o facto de 277 participantes (39,4% do universo), provirem de famílias de servidores do Estado, civis ou militares, com predomínio dos primeiros.

Quanto às restantes profissões, para além do total de 85 ascendentes (12,1%) do conjunto de ocupações reunidas sob a designação «proprietários» ser superior ao de qualquer outro, com excepção dos dois primeiros atrás referidos, registem-se os resultados obtidos para as «profissões liberais» (38 — 5,4%), «comerciantes» (55 — 7,8%), «empregados» (41 — 5,8%), «em-

110 Aniceto Afonso e Braz da Costa
QUADRO 3 — Total por Grupos de profissões

Grupo de Profissões	Total	% do Universo
Forças Armadas - 01	122	17,4
Funcionário Público - 02	155	22,0
Profissões Liberais - 03	38	5,4
Proprietário - 04	85	12,1
Comerciante - 05	55	7,8
Empregado - 06	41	5,8
Empregado Qualificado - 07	59	8,4
Agricultor n/ proprietário - 08	32	4,6
Operário/Artesão - 09	71	10,1
Total	659	93,7
Não referenciados	44	6,3
Universo	703	100,0

pregados qualificados» (59 — 8,4%), «agricultores não proprietários» (32 — 4,6%) e «operários/artesãos» (71 — 10,1%).

De notar a existência de significativo número de participantes provenientes de camadas sociais economicamente menos favorecidas, através de 144 elementos (20,5% do universo) abrangendo o conjunto dos grupos «empregados», «agricultores não proprietários» e «operários/artesãos», isto sem considerar aqueles que lhes podem ser socialmente comparáveis pertencentes aos grupos «Forças Armadas» e «funcionários públicos».

Para além da imagem social que, do universo em estudo, nos pode ser dada pela profissão ou ocupação do «chefe de família», refira-se o caso das mães de participantes que exercem trabalho remunerado: neste aspecto aparece bem nítido o padrão tradicional, em que o pai, «chefe de família», exerce a ocupação ou profissão remunerada, enquanto a mãe se ocupa dos trabalhos domésticos. De facto, 598 (85,1%) das mães dos participantes são «domésticas», e, das restantes que puderam ser determinadas (72 — 10,2%), 30 são professoras do ensino primário e 3 do ensino secundário.

Procurando discernir um pouco mais para além da globalidade veiculada pelo agrupamento adoptado das profissões e ocupações, embora não tenha sido possível efectuar o cruzamento dos dados, entre os antecedentes familiares, os distritos de origem e as décadas de nascimento, constatamos (Quadro n.º 4) a importância do número de filhos de oficiais, integrados na totalidade do grupo «Forças Armadas». De facto, neste caso, o autorecrutamento atinge os 66%, sendo mínima a componente dos ascendentes com os postos de cabos e soldados — apenas 4,1%.

Relativamente ao conjunto «funcionários públicos», e no que respeita às Forças de Segurança, constata-se que as «praças» se apresentam como o sub-grupo mais significativo, com 34 casos, 21,9% do conjunto.

Existe, pois, uma apreciável representação do conjunto Forças Armadas/Forças de Segurança, sendo que nessa representação se deve considerar a existência de três componentes: a dos filhos de oficiais (marcadamente oriundos da região de Lisboa — 38,8%); a dos filhos de sargentos que, além de Lisboa, incluem como principais distritos de origem, Santarém e Évora; e os filhos de praças das Forças de Segurança, em que os distritos interiores da Guarda, Viseu, Vila Real e Bragança, com destaque para este último, aparecem como mais representativos.

Paralelamente, enquanto o distrito de Lisboa volta a sobressair quanto aos ascendentes com profissões liberais (17,2% do total), os filhos de proprietários e de agricultores não proprietários, provêm dos distritos da Guarda, Viseu, Bragança e Vila Real (53% e 45%, respectivamente para cada uma das profissões).

Quanto aos oficiais participantes cujos pais eram empregados (qualificados ou não) e operários ou artesãos, nota-se o predomínio dos distritos litorais, com 63% e 46% respectivamente, continuando a região de Lisboa a apresentar números mais significativos do que as restantes regiões litorais.

3. COMPARAÇÃO DO «UNIVERSO» COM A «EXISTÊNCIA»

a. A quantificação da realidade social pela aplicação de indicadores de carácter numérico tem visado, na medida do possível, tornar essa realidade mais facilmente apreensível. Embora esta técnica corresponda a um avanço científico no sentido da objectividade das disciplinas abrangidas pelas Ciências Sociais, originou, pela natureza do objecto em estudo, o problema da sua medida e também a questão da realidade dos

QUADRO 4 — Distribuição dos grupos de profissões por Distritos

Grupos de Profis- sões	Distritos		Forças Armadas		Funcionário Público				Profissão Liberal		Proprietário		Comer- ciante	Empre- gado	Empre- gado Quali- ficado	Agricultor / Artesão	Operário / Artesão	Total	
					Escritu- rário F. Seg.	Pracas Público	Profes- sores	Outros	Médico	Proprie- tário	Indus- trial								
	Oficiais	Sargentos	Pracas	Escritu- rário F. Seg.	Pracas Público	Profes- sores	Outros	Médico	Proprie- tário	Indus- trial									
Profis- sões	Aveiro	5	1	—	—	2	—	—	—	2	2	2	2	—	1	3	5	23	
	Angra Heroísmo	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	5	
	Beja	1	—	—	—	—	1	—	—	3	—	—	2	—	1	1	2	11	
	Braga	—	1	—	—	—	4	1	—	2	1	4	2	2	—	3	20	20	
	Bragança	—	1	—	—	6	1	4	—	6	1	—	—	1	7	2	29	29	
	Castelo Branco	3	—	1	—	3	3	4	—	3	5	1	2	4	2	4	6	41	41
	Coimbra	3	1	—	2	5	1	2	—	3	2	1	—	5	3	1	4	33	33
	Évora	2	5	—	1	1	1	2	—	—	—	1	4	—	2	—	1	20	20
	Faro	1	2	—	1	6	—	2	—	—	3	—	3	1	3	—	5	27	27
	Funchal	1	—	—	1	1	1	2	—	—	—	—	—	1	—	2	8	8	8
	Guarda	—	—	—	1	3	4	4	—	—	10	—	5	2	—	2	2	33	33
	Horta	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	3	3
	Leiria	—	1	—	1	—	1	2	—	—	1	2	1	1	2	1	1	18	18
	Lisboa	31	7	3	8	3	1	13	4	5	7	3	7	8	19	—	15	134	134
	Ponta Delgada	3	1	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	1	—	—	—	7	7
	Portalegre	2	1	—	1	2	—	2	—	3	—	2	1	—	1	2	3	20	20
	Porto	5	—	—	1	1	3	3	1	3	5	1	4	3	10	2	4	46	46
	Santarém	4	8	—	—	—	2	3	1	—	1	—	2	4	4	1	8	38	38
	Setúbal	3	—	—	—	1	—	1	—	—	1	—	2	2	1	—	1	12	12
Viana do Castelo	1	—	—	1	—	3	1	1	1	1	—	2	—	—	1	—	11	11	
Vila Real	2	1	—	1	1	1	5	—	1	8	—	1	2	3	4	2	32	32	
Viseu	3	—	1	3	1	3	4	1	2	12	2	6	4	3	2	5	52	52	
Total	71	33	5	23	34	24	60	9	27	67	16	51	41	58	33	71	623	623	
Cabo Verde	—	—	—	3	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	6	6	6
Guiné	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	2
Angola	4	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	12	12	12
Mocambique	3	—	—	2	—	—	2	—	1	—	—	2	—	1	—	—	11	11	11
Índia	1	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	3	3
Macau	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Total	80	37	5	28	34	24	69	9	29	68	17	55	41	59	33	71	659	659	659
Não referenciados																	44	44	44
Universo																	703	703	703

indicadores. De facto, a exclusiva utilização de indicadores quantitativos pode provocar, como já atrás deixámos explicado, um conhecimento deformado da realidade social, na medida em que a aparente «pureza» e «objectividade» dos dados, nos transmitem noções unicamente resultantes do seu tratamento estatístico. Deste modo, tornando-se necessária a validação dos dados estatísticos, a fim de atenuar o escamoteamento de algumas assimetrias, fomos determinar aquilo a que decidimos chamar «factor de participação» no Movimento dos Capitães.

A noção de factor de participação baseia-se na relação estabelecida entre o universo em estudo e o total de oficiais do Exército em 1 de Janeiro de 1974 (Existência), considerada para os diversos sub-grupos (armas e serviços, postos, profissões dos pais, etc.). Baseando-se na relação das respectivas percentagens (% do sub-grupo relativamente ao Universo e % do sub-grupo correspondente relativamente à Existência), os valores do factor de participação podem variar de 0 a 5,92. De facto,

$$F = \frac{\frac{U}{x.100}}{\frac{E}{y.100}} = \frac{U}{E} \cdot \frac{y}{x} = k \cdot \frac{y}{x}, \text{ onde } k \text{ é a relação entre a}$$

Existência e o Universo, ou seja $4165/703 = 5,92$; x é a parte do Universo de um sub-grupo e y a correspondente parte da Existência do mesmo sub-grupo. Verifica-se assim que, quando $x=y$, ou seja, quando todos os elementos de um sub-grupo da Existência são participantes, o factor de participação é igual a 5,92, valor de k . Por outro lado, o factor de participação será igual a 1, quando a participação for a esperada, ou seja, quando a relação U/E do sub-grupo, corresponder à relação $703/4165$ ($1/k$).

Tendo por base os dados específicos do nosso «Universo» e os dados correlativos determinados pelo estudo já referido de Maria Carrilho, pudemos encontrar os «factores de participação» dos diferentes sub-grupos do universo.

b. Analisando os dados recolhidos referentes às Armas e Serviços, com a aplicação do factor de participação (Quadros 5 e 6), confirma-se a inferior participação dos oficiais dos Serviços em contraste com a dos oficiais das Armas. E, se por um lado a Artilharia, Infantaria e Cavalaria são as Armas que, por esta ordem, maior factor de participação apresentam (1,79, 1,72 e 1,57), o SGE é, por outro lado, e de entre os Serviços com participantes, o menos representativo (factor praticamente nulo).

Com factores de participação intermédios destacam-se a Engenharia e Transmissões (1,42 e 1,23) e o SAM, SME e QEO com 0,80, 0,12 e 0,22.

QUADRO 5 — Factor de participação por Armas e Serviços

Armas e Serviços	Existência	Universo	% da Existência	% do Universo	Factor de participação
Inf.	1290	375	30,97	53,34	1,72
Art.	477	144	11,45	20,48	1,79
Cav.	312	83	7,49	11,80	1,57
Eng.	146	35	3,51	4,98	1,42
Trms	72	15	1,73	2,13	1,23
SAM	287	39	6,89	5,55	0,80
S. Saúde	137	—	3,29	—	—
S.M. Eng.	340	7	8,16	1,00	0,12
S.M. Trms.	55	—	1,32	—	—
Ch. Banda	10	—	0,24	—	—
SGE	935	1	22,45	0,14	0,006
QEO	104	4	2,50	0,57	0,22
Total	4165	703	100,0	100,0	

QUADRO 6 — Factor de participação por Armas e Serviços (Inf., Art., Cav., Eng., Trms e SAM)

Armas e Serviços	Existência	Universo	% da Existência	% do Universo	Factor de participação
Inf.	1290	375	49,92	54,27	1,09
Art.	477	144	18,46	20,84	1,13
Cav.	312	83	12,07	12,01	1,00
Eng.	146	35	5,65	5,07	0,90
Trms.	72	15	2,79	2,17	0,78
SAM	287	39	11,11	5,64	0,51
Total	2584	691			

c. A determinação do factor de participação aplicado aos postos demonstra de forma inequívoca a sua utilidade. Quando analisámos a participação dos oficiais no 25 de Abril, segundo os postos que tinham na altura, concluimos terem sido os capitães os que mais aderiram ao movimento (52,2% do universo). Mas quando a estes conjuntos de oficiais se aplica a noção de factor de participação, verifica-se que, enquanto os maiores apresentam 1,45, os capitães aparecem em segundo lugar com 1,38, tendo as restantes patentes valores inferiores (Quadros n.º 7 e 8).

QUADRO 7 — Factor de Participação por Postos

Postos	Existência	Universo	% da Existência	% do Universo	Factor de participação
Gen.	90	2	2,16	0,28	0,12
Cor.	297	6	7,13	0,85	0,11
T. Cor.	504	20	12,10	2,84	0,23
Maj.	820	201	19,68	28,59	1,45
Cap.	1566	367	37,59	52,20	1,38
Ten.	707	89	16,97	12,66	0,74
Alf.	181	18	4,27	2,41	0,56
Total	4165	703			

QUADRO 8 — Factor de Participação por Postos
(Inf., Art., Cav., Eng., Trms e SAM)

Postos	Existência	Universo	% da Existência	% do Universo	Factor de participação
Gen.	(a) 87	2	3,35	0,29	0,09
Cor.	(b) 281	6	10,82	0,87	0,08
T. Cor.	443	20	17,06	2,89	0,17
Maj.	695	200	26,76	28,94	1,08
Cap.	938	358	36,12	51,81	1,43
Ten.	122	87	4,70	12,59	2,68
Alf.	31	18	1,19	2,60	2,18
Total	2597	691			

(a) e (b) — Total oriundos A.M. (EM/EE), referidos no Quadro n.º 1

Contudo, o movimento de oficiais que viria a derrubar a ditadura, era essencialmente formado por oficiais oriundos da Academia Militar (EM/EE). Este facto permanece aliás bem visível quando comparamos o universo com o total dos oficiais participantes que frequentaram aquele estabelecimento de ensino militar. Assim, dos 703 elementos que constituem o universo, 691 saíram da Academia Militar (EM/EE), ou seja, 98,3% dos participantes.

Com a aplicação do factor de participação a este último conjunto de oficiais (oriundos da Academia Militar), as conclusões anteriormente retiradas são agora ampliadas e «corrigidas», na medida em que se conclui pela maior participação dos oficiais subalternos (tenentes 2,68 e alferes 2,18), participação que se sobrepõe à dos capitães e maiores, com 1,43 e 1,08 respectivamente.

d. As conclusões retiradas com a aplicação do factor de participação às Armas e Serviços e aos postos foram confirmadas com a utilização de idêntica noção ao cruzamento dos dados obtidos para cada posto e para cada Arma e Serviço (Quadro n.º 9). Acentua-se o maior índice participativo das armas combatentes, com relevância da Artilharia, bem como o dos oficiais subalternos. Mas outra constatação importa salientar: o maior índice participativo dos oficiais subalternos apresenta-se como uma constante no âmbito das diferentes Armas e Serviços.

e. Como anteriormente foi frisado, uma das características do universo é a sua diversidade etária, que compreende oficiais nascidos entre as décadas de 1910-20 e 1950, bem assim uma maior concentração desses nascimentos nas décadas de trinta e quarenta (94%).

Esta última representatividade mereceu da nossa parte uma atenção especial, na medida em que eram susceptíveis de comparação, os nossos dados com os resultantes da investigação de Maria Carrilho, tendo em vista a determinação dos respectivos factores de participação.

De certa forma, como em outras variáveis a que foi aplicada esta noção, também neste caso as conclusões retiradas denunciam algumas evidências que sobre este assunto têm sido propostas pela apreensão imediata da realidade nacional.

É assim que, ao determinar-se a distribuição do grupo de oficiais nascidos nas duas décadas referidas, pelos diferentes distritos do Continente, das regiões autónomas e das ex-colónias (estas na sua globalidade), ressalta a fraca participação de toda a zona litoral do Continente, com excepção do distrito de

QUADRO 9 — Factor de Participação por postos nas Armas/Serviços

Armas/ Serviços	Postos	Existência	% da Existência	Participantes	% do Universo	Factor de participação
Infantaria	General	44	1,06	—	0,0	0,0
	Coronel	130	3,12	2	0,28	0,09
	Ten.-Coronel	220	5,28	10	1,42	0,27
	Major	341	8,19	103	14,65	1,79
	Capitão	471	11,31	200	28,45	2,52
	Tenente	68	1,63	51	7,25	4,44
	Alferes	16	0,38	9	1,28	3,36
	Total	1290	30,97	375	53,34	1,72
Artilharia	General	16	0,38	—	0,0	0,0
	Coronel	43	1,03	1	0,14	0,14
	Ten.-Coronel	83	1,99	3	0,43	0,22
	Major	130	3,12	52	7,40	2,37
	Capitão	183	4,39	66	9,39	2,14
	Tenente	18	0,43	18	2,56	5,92
	Alferes	0	0,10	4	0,57	5,92
	Total	477	11,45	144	20,48	1,79
Cavalaria	General	12	0,28	2	0,28	1,00
	Coronel	52	1,24	1	0,14	0,11
	Ten.-Coronel	47	1,12	5	0,71	0,63
	Major	79	1,89	30	4,26	2,52
	Capitão	105	2,52	34	4,83	1,91
	Tenente	12	0,28	8	1,13	4,03
	Alferes	5	0,12	3	0,42	3,50
	Total	312	7,49	83	11,80	1,57
Engenharia	General	11	0,26	—	0,0	0,0
	Coronel	10	0,24	1	0,14	0,58
	Ten.-Coronel	28	0,67	1	0,14	0,20
	Major	43	1,03	7	1,00	0,76
	Capitão	50	1,12	24	3,41	3,04
	Tenente	4	0,09	2	0,28	3,11
	Alferes	—	—	—	—	—
	Total	146	3,51	35	4,98	1,42
Transmissões	General	—	—	—	—	—
	Coronel	11	0,26	—	0,00	0,00
	Ten.-Coronel	10	0,24	1	0,14	0,58
	Major	12	0,28	1	0,14	0,50
	Capitão	36	0,86	11	1,56	1,81
	Tenente	3	0,07	2	0,28	4,00
	Alferes	—	—	—	—	—
	Total	72	1,73	15	2,13	1,23
Serviço de Administração Militar	General	2	0,04	—	0,0	0,0
	Coronel	24	0,57	1	0,14	0,24
	Ten.-Coronel	55	1,32	—	0,0	0,0
	Major	90	2,16	7	1,00	0,46
	Capitão	93	2,23	23	3,27	1,46
	Tenente	17	0,40	6	0,85	2,12
	Alferes	6	0,14	2	0,28	2,00
	Total	287	6,89	39	5,55	0,80

QUADRO 10 — Distribuição por Distritos e por Décadas (a)

Distritos	1930/39 (1)	%	1940/49 (2)	%	Outras (3)	Total (1+2)	% do Total (5)	% do Global (4)	Factor de participação
Aveiro	7	3,2	16	3,9	1	23	3,5	4,2	0,83
Açores	2	0,9	13	3,2	—	15	2,3	2,3	1,00
Beja	5	2,3	7	1,7	—	12	1,8	2,0	0,09
Braga	7	3,2	14	3,4	—	21	3,2	2,4	1,33
Bragança	7	3,2	24	5,9	1	31	4,7	3,0	1,56
Castelo Branco	16	7,4	25	6,1	1	41	6,2	3,7	1,67
Coimbra	9	4,1	24	5,9	—	33	5,0	6,5	0,76
Évora	10	4,6	12	2,9	1	22	3,3	2,7	1,22
Faro	10	4,6	17	4,2	—	27	4,1	6,0	0,68
Guarda	11	5,1	22	5,4	1	30	5,0	3,2	1,55
Leiria	6	2,8	14	3,4	—	20	3,0	2,7	1,11
Lisboa	42	19,4	89	21,9	10	131	19,9	26,3	0,75
Madeira	5	2,3	4	1,0	—	9	1,4	0,6	2,33
Portalegre	8	3,7	12	2,9	1	20	3,0	2,2	1,36
Porto	19	8,8	25	6,1	3	44	6,7	9,3	0,72
Santarém	17	7,8	20	4,9	1	37	5,6	5,8	0,96
Setúbal	2	0,9	10	2,5	—	12	1,8	1,8	1,00
Viana Castelo	5	2,3	5	1,2	1	10	1,5	1,7	0,88
Vila Real	9	4,1	23	5,7	2	32	4,9	3,5	1,40
Viseu	20	9,2	31	7,6	3	51	7,7	4,3	1,79
Totais	217		407		26	624			
Cabo Verde	2		4		—	6			
Guiné	1		1		—	2			
Angola	5		6		1	11			
Moçambique	5		7		—	12			
Índia	1		1		1	2			
Macau	1		—			1			
Outros	1		—			1			
Totais	233		426		28	659			

(a) comparação entre o Universo em estudo e o Universo global

Leiria (1,11), bem assim o lugar ocupado pela Madeira, ao apresentar o índice de participação mais elevado (2,33) (Quadro n.º 10).

Paralelamente, todos os distritos do interior, com relevância para os distritos do Centro e Norte (Viseu com 1,79, Castelo Branco com 1,67, Bragança e Guarda com 1,56), apresentam índices bastante elevados quando comparados, por exemplo, com os distritos de Leiria (0,57) e Porto (0,72) que, juntamente com o de Faro (0,68) se destacam por serem os distritos com menor factor de participação.

f. As razões aduzidas na alínea anterior levaram-nos igualmente a determinar o factor de participação dos nascidos nas décadas de trinta e quarenta, relativamente aos diferentes grupos de profissões dos respectivos ascendentes (Quadro n.º 11).

QUADRO 11 — Factor de participação dos grupos de profissões (décadas 1930/39 e 1940/49)

Grupos de Profissões	Universo	% do Universo	% do Global	Factor de participação
Forças Armadas	113	17,14	15,8	1,08
Funcionário Público	147	22,30	23,1	0,96
Profissões Liberais	38	5,76	5,0	7,15
Proprietário	82	12,44	12,8	0,97
Comerciante	50	7,58	8,6	0,88
Empregado	40	6,06	8,2	0,74
Empregado Qualificado	56	8,49	9,8	0,86
Agricultor n/ proprietário	31	4,70	3,9	1,20
Operário / Artesão	67	10,16	12,3	0,82
Outros	35			
Total	659			

O facto mais saliente, a uma primeira leitura dos dados, é o valor encontrado para o grupo «agricultor não proprietário». Efectivamente, esta ocupação destaca-se por ter um factor de participação superior (1,20) aos demais grupos de profissões.

Em contrapartida, o grupo de profissões «empregados» salienta-se ao apresentar o índice mais baixo (0,74), pertencendo, juntamente com os grupos «operários/artesãos» (0,82), «empregados qualificados» (0,86), «comerciantes» (0,88), «funcionários públicos» (0,96) e «proprietários» (0,97), ao conjunto de profis-

sões/ocupações com factores de participação inferiores à unidade.

Entre estas duas situações, encontra-se um conjunto de profissões/ocupações com índices superiores à unidade: «Forças Armadas» com 1,08 e «profissões liberais» com 1,15.

Assinalem-se finalmente, os elevados índices das «profissões liberais» e, apesar da sua composição social diversificada, das «Forças Armadas»; e, por outro lado, o índice notavelmente baixo do grupo «operários/artesãos».

CONCLUSÕES

O estudo efectuado sobre os participantes do Exército no 25 de Abril de 1974, permite-nos apontar algumas pistas para possíveis interpretações explicativas do envolvimento destes militares num acto que viria a derrubar o regime de ditadura do «Estado Novo».

Estudiosos, como R. Little e C. Moskos por exemplo, têm salientado a importância da liderança no terreno de combate, a valorização da componente histórica em detrimento das carreiras de tipo rotineiro e a diluição das normas e valores provocada pelas situações de combate, como aspectos importantes a considerar para a explicação de actuações políticas de militares (Carrilho, *op. cit.*: 800).

Com efeito, os oficiais do universo em estudo, sendo apenas 16,9% da totalidade dos oficiais dos quadros permanentes, mas representando cerca de 27% dos oficiais oriundos da Academia Militar (EM/EE), pertencem na sua grande maioria (85,6%) às chamadas armas combatentes — Infantaria, Artilharia e Cavalaria.

Paralelamente são os postos de major e capitão os que maioritariamente se encontram representados (80%), o que significa terem desempenhado funções de comando ou chefia em Portugal ou nas ex-colónias. E embora a variável «comissões militares» (nomeações para a guerra colonial) não se encontre estudada, os dados em nosso poder apontam para o facto de a maioria dos majores terem, no mínimo, três comissões (havendo oficiais com quatro e mesmo cinco) e os capitães terem geralmente duas comissões, com excepção do curso de 1966, em que uma grande parte estava na terceira comissão. Estes oficiais tinham efectivamente prática de comando em combate.

Mas um outro aspecto interessa focar. Do cruzamento dos resultados obtidos para as armas e postos, mas considerando apenas as três referidas armas combatentes e os postos de major,

capitão e oficial subalterno (tenente e alferes), conclui-se que, entre 1432 oficiais existentes, participaram no 25 de Abril 578, ou seja, cerca de 40%. Sem dúvida que se compromete no 25 de Abril uma importante percentagem dos oficiais profissionais que exercem funções de comando e chefia directamente ligadas à utilização da força das armas.

Outro factor estudado, a origem social dos oficiais participantes no 25 de Abril, cuja análise na instituição militar é para Yanowitz «uma poderosa chave para a compreensão da lógica política dos militares», aponta para uma maior representatividade da componente rural do interior centro e norte.

Associando este facto ao processo de industrialização que se intensificou no País, parece provável que a atracção da carreira militar se tenha transferido para zonas onde a possibilidade de alargamento das perspectivas ocupacionais fosse mais diminuta e que as próprias dificuldades do interior motivassem de algum modo, os oriundos dessas regiões desfavorecidas. Na verdade, a aplicação deste factor indicia um maior envolvimento no 25 de Abril dos filhos de «agricultores não proprietários», oriundos principalmente dos distritos interiores da Guarda, Viseu, Bragança e Vila Real, bem assim a relativamente fraca participação dos filhos dos «operários/artesãos», «empregados qualificados» e «comerciantes», maioritariamente oriundos dos distritos mais desenvolvidos do litoral, em especial do distrito de Lisboa.

A autoreprodução institucional, por outro lado, se mantém o seu peso significativo no conjunto dos oficiais participantes, mostra contudo um índice participativo inferior ao dos «agricultores não proprietários» e «profissões liberais». O comportamento deste grupo poderá reflectir duas influências contraditórias: um conhecimento mais profundo da condição militar em ligação com a guerra colonial e a prevalência de certas solidariedades familiares.

Não terminamos sem referir que, apesar da importância explicativa do factor relacionado com a origem social do movimento do 25 de Abril, não devem ser descurados os outros factores caracterizadores da inserção das Forças Armadas na sociedade global e, conseqüentemente, os reflexos que a instituição militar, a todos os níveis, recebe da realidade social concreta que a envolve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Dinis de (1977), *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães*, Lisboa, Edições Sociais.
- Audibert, P. e Brignon, D. (1974), *Portugal: les nouveaux Centurions*, Paris, Belfond.
- Alves, Márcio M. (1975), *Os Soldados Socialistas de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Bachelard, Gaston (1972), *La Formation de l'Esprit Scientifique*, Paris, Vrin, 8.^a edição.
- Braudel, Fernand (1972), *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.
- Burchett, Wilfred (1975), *Portugal depois da Revolução dos Capitães*, Lisboa, Seara Nova.
- Busquets, J. (1971), *El militar de Carrera em España*, Barcelona, Ariel, 2.^a edição.
- Carrilho, Maria (1984), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século Vinte*, Dissertação de Doutoramento apresentada no ISCTE, Lisboa.
- Carvalho, Otelo Saraiva de (1977), *Alvorada em Abril*, Amadora, Bertrand.
- Duby, Georges (1978), *A Nova História*, Lisboa, Edições 70.
- Frémontier, Jacques (1976), *Portugal, os pontos nos ii*, Lisboa, Moraes.
- Lima, Marinús Pires de (1973), *O Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*, Lisboa, GIS.
- Nunes, Adérito Sedas (1976), *Questões Preliminares sobre Ciências Sociais*, Lisboa, GIS.
- Rodrigues, Avelino et al. (1974), *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Moraes.
- Santos, Fernando Piteira et al. (1974), *A Natureza de Classe do 25 de Abril*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Veyne, Paul (1978), *Comment on écrit l'Histoire*, Paris, Seuil.
- Yanowitz, Morris (1967), *O Soldado Profissional*, Rio de Janeiro, Edições GRD.
- Zeisel, Hans (1968), *Say it with Figures*, Nova Iorque - Londres, Harper and Row.